

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/08/2022 a 31/08/2022

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/14

118.2022	Sessão Ordinária - CD	01/08/2022-17:40
Publ.: DCD - 02/08/2022	Eduardo Bolsonaro-PL -SP	
33		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da realização de amplo debate sobre a Lei nº 12.711, de 2012, (Lei de Cotas), acerca do ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Apreciação pela Casa de proposições relacionadas à Semana da Segurança Pública. Posicionamento da Esquerda a respeito de saídas temporárias de presidiários. Importância de conhecimento pelos Parlamentares do documentário Entre Lobos, lançado pela Brasil Paralelo. Contrariedade à legalização do consumo de drogas no País. Apelo ao Supremo Tribunal Federal de reexame da restrição imposta ao acesso policial às comunidades periféricas do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero inicialmente destacar que me lembro perfeitamente do primeiro ano de cotas raciais no Rio de Janeiro. Aquele foi meu ano de vestibular na UERJ, a primeira vez em que houve cotas. Sempre se dizia que aquele seria um paliativo, que colocariam as cotas até se corrigir a disparidade que existe entre o ensino público e o privado. Bem, hoje eu tenho 38 anos de idade e estou neste Congresso. Aparentemente, nada foi substancialmente alterado, em que pese tenhamos tido recentemente, durante o Governo do PT, um governo sob o lema *Pátria Educadora*. Então, não serão 50 anos a mais de cotas raciais que resolverão o problema. De fato, nós temos que fazer uma discussão mais ampla sobre esse tema.

Mas eu venho aqui hoje, prezado Deputado Paulo Eduardo Martins, a quem felicito pela candidatura ao Senado pelo Estado do Paraná — muito me honra a presença de V.Exa. aqui —, para falar de alguns projetos que estão por entrar em pauta, na Semana da Segurança Pública. O "novo cangaço" vai ser considerado crime hediondo, se a matéria for aprovada, obviamente. Serão restringidas as saídas temporárias. Será previsto o crime do profissional do furto e do roubo, para inserir, Deputado Vinicius, causa de aumento de pena

para aquele que habitualmente se dedica a esse tipo de delito. Será criado o regime penitenciário de segurança máxima. E também será criado o crime de furto em calamidades, para evitar saques quando ocorrem enchentes ou coisas do tipo. Também votaremos ações de combate ao suicídio e de promoção da saúde mental dos profissionais de segurança pública, entre outros temas.

A primeira coisa para a qual eu chamo a atenção de você que está me assistindo é: veja como a Esquerda vai votar. Em 2017, nós tivemos um debate muito grande aqui sobre o fim das saídas temporárias. O PT se mostrou contrário à extinção desse benefício prisional. Nós sabemos que, muitas vezes, o bandido pego em flagrante tem aquela ficha criminal que dá volta no quarteirão. Para evitar isso, esse cara tem que ficar mais tempo preso, para que tenha menos tempo para delinquir em sociedade.

Convido a todos a assistir ao documentário da Brasil Paralelo chamado *Entre Lobos*, que faz um raio-x da segurança pública, prezado colega policial federal Deputado Sanderson, que acaba de chegar.

Para finalizar, quero dizer, meu colega catarinense, que recentemente a Comissão de Segurança Pública foi até a CORE, do Rio de Janeiro, a tropa de elite da Polícia Civil. Nós pudemos, junto com outros Deputados, dar uma volta no blindado deles nos arredores de comunidades dominadas pelo tráfico de drogas. Além de termos visto ali, já à luz do dia, bandidos armados, gente com pistola, corre-corre quando chega o famoso "caveirão", pudemos perceber também que, após a decisão do Ministro Fachin, foi inaugurada uma nova era no Rio de Janeiro, a era das barricadas.

O Delegado Dr. Fabrício, comandante da CORE, levou-nos a essas comunidades, a essas favelas, para que pudéssemos ver com nossos próprios olhos que, se a polícia quiser entrar, ela primeiro vai ter que remover trilho de trem, pilastra de prédio... É incrível que a bandidagem tenha tido tranquilidade para fazer essas verdadeiras fortalezas! E disso o STF não reclama! O STF, com a ADPF 635, protocolada pelo PSB, Partido Socialista Brasileiro — vão vendo, vocês que gostam da Esquerda e que devem estar batendo palmas —, impediu a incursão dos policiais pelas favelas. Bem, com tranquilidade, os criminosos lucram mais e se armam mais. É óbvio — espera-se que algum dia retornemos à normalidade — que confrontos se tornarão mais intensos. O bandido não entrega a sua arma só porque existe um papel escrito Estatuto do Desarmamento. A polícia, esses bravos heróis, é que vai ter que ir lá catar o cara! E os traficantes ainda são sustentados, muitas vezes, por gente da elite, que estimula o consumo de drogas e, por vezes, pede a legalização das drogas.

Para aqueles que pedem a legalização das drogas, eu só vou dizer um dos efeitos que veremos caso as drogas sejam legalizadas no Brasil: quem hoje está preso por tráfico de drogas automaticamente será libertado, porque o crime deixará de existir. Isso é o que no Direito conhecemos como *abolitio criminis*.

Faço aqui um apelo ao STF, que ainda usou como desculpa a pandemia: acabe

com essa restrição às polícias, para que elas possam trabalhar. E peço a todos que nos unamos contra a legalização das drogas, porque, quanto mais conforto nós dermos aos bandidos, mais eles vão assassinar, cometer latrocínios e outros crimes.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 2/14

118.2022	Sessão Ordinária - CD	01/08/2022-17:44
Publ.: DCD - 02/08/2022 - 34	Hélio Costa-PSD -SC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Revisão do Conselho Penitenciário e da Lei nº 7.210, de 1984, (Lei de Execução Penal). Posicionamento do orador favorável à prisão perpétua e à prisão de condenados em segunda instância. Apelo ao Magnífico Reitor da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina - UDESC, de liberação da matrícula a aluno de Engenharia Elétrica, não vacinado, para realização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Apelo ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de recomposição dos recursos destinados à rede hospitalar para aquisição de próteses.

O SR. HÉLIO COSTA (PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me referir às palavras do Deputado Eduardo Bolsonaro sobre as penas, sobre a Lei nº 7.210, a lei que dá vantagem para vagabundo, vantagem para criminoso, como a "saidinha". Temos que rever também o Conselho Penitenciário. O que faz o Conselho Penitenciário, que dá essas regalias a vagabundo? Age com medo?

É cláusula pétrea, hoje, na Constituição, a abolição da prisão perpétua. É preciso haver uma revisão da Constituição Federal. Eu serei a favor da prisão perpétua, assunto que deve ser discutido, no próximo mandato. Digo isso porque, como está, não dá para ficar. Serei a favor, também, da condenação em segunda instância, porque há muitos criminosos nas ruas, e este tema ainda não passou por esta Casa. É preciso passar, Sr. Presidente! Eu apenas completei aquilo que disse o Deputado Eduardo Bolsonaro.

Eu quero pedir ao Magnífico Reitor da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina — UDESC que não faça o que está querendo fazer com o aluno que pretende fazer o TCC de engenharia elétrica, no segundo semestre, em Joinville. Aliás, a melhor faculdade de engenharia elétrica do Brasil é a de

nossa Santa Catarina. Não querem deixar o menino se matricular no semestre, no fim do seu curso, para desenvolver o TCC porque ele não quer se vacinar. O pai, a mãe e os irmãos dele não se vacinaram, e ninguém ficou doente, tampouco morreu. E se ele tomar a vacina e morrer? Nem ele nem a família querem se vacinar. Volto a dizer, o pai, a mãe, os irmãos, os avós não se vacinaram. A universidade, o ano inteiro, não mencionou o problema e, agora, faz esta exigência ao garoto, que é de uma família pobre, um menino que estudou numa das nossas universidades para ser engenheiro. Pelo amor de Deus, não faça isso com ele!

Ele vai entrar na Justiça, vai apresentar um mandado de segurança, para garantir seu direito de fazer o TCC. Ele vai ganhar! Isso não deveria acontecer, Magnífico Reitor da UDESC! Deixe o menino se matricular, deixe-o fazer o TCC!

Sr. Presidente, quero fazer outro pedido, agora, ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Foi preciso fazer um corte nos recursos, sim, porque a pandemia era a prioridade. O Ministério da Saúde baixou a Portaria nº 3.683, em 17 de dezembro de 2021, e tirou recursos dos hospitais, principalmente recursos que se destinavam a próteses. A pandemia continuou, os acidentes continuaram, e os pacientes precisam de próteses, e a verba foi trancada. Não apenas Santa Catarina perde, mas também os hospitais. Quando ocorre um problema em Santa Catarina, todo o Estado sofre com isso. Há pessoas que precisam de próteses, mas não podem comprá-las, porque esta portaria reduziu os recursos em R\$292.653.490,61. Muita gente precisa de próteses, mas os hospitais não podem comprá-las.

Eu peço, portanto, que esta portaria seja refeita, para que seja feita a justiça. Trata-se de um caso de Justiça. Saúde tem que ter prioridade total, Deputado Subtenente Gonzaga, da nossa Polícia Militar de Minas Gerais.

Sr. Presidente, eu gostaria de lhe agradecer e cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos, meu amigo Deputado van Hattem, do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

Documento 3/14

121.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 03/08/2022-10:24
Publ.: 04/08/2022 -	DCD CÉLIO MOURA-PT -TO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Crise da saúde pública no Estado de Tocantins. Atraso na vacinação do povo tocantinense contra a Covid-19. Precariedade da malha rodoviária estadual. Apoio à pré-candidatura do ex-Deputado Paulo Mourão ao Governo de Tocantins. Convite aos filiados do PT, do PCdoB e do PV para a convenção partidária no Auditório da Associação Tocantinense de Municípios.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje o Tocantins vive um dos piores momentos desde a sua criação pela Constituição Federal de 1988.

A saúde no nosso Estado passa por uma crise difícil de ser resolvida. Nos hospitais regionais de todo o Estado, faltam médicos, principalmente médicos especialistas. Não há como resolver as filas de espera para cirurgias, senão com uma ação rápida do próprio Governo Federal, do Ministério da Saúde, porque elas são intermináveis. Há pacientes nos corredores sem serem atendidos, há pacientes nas salas vermelhas, não há médicos, não há insumos para cirurgias. Os pacientes que sofrem acidente de trânsito ou acidente de trabalho ficam até 2 meses aguardando por um médico especialista, um cirurgião para resolver um problema ortopédico. Muitos deles são mandados para casa, para aguardar esse cirurgião.

Como se não bastasse, Sra. Presidente, o Tocantins recebeu muito dinheiro de repasses dos Deputados Federais, dos Senadores e do próprio Governo Federal. Somos o pior Estado em vacinação do Brasil.

O Governador do Estado se esqueceu de olhar para a saúde no Tocantins. Há muitas pessoas sofrendo, faltam atendimentos nos hospitais. Não há como se fazer exames para encaminhar pacientes até para outros hospitais, até para outras localidades. Infelizmente, essa é a situação da saúde no Estado do Tocantins.

Com relação às estradas, foi feita uma operação tapa-buraco, mas há muitas estradas ainda que não foram recuperadas. Não há sinalizações, Sra. Presidente. O matagal nas margens da rodovia dificulta o deslocamento dos motoristas no Tocantins, e há acidentes fatais acontecendo todos os dias.

Apesar disso, nós temos uma esperança, que é a eleição de um novo Governador para o Estado de Tocantins. O Partido dos Trabalhadores tem o candidato Paulo Mourão, que já foi Deputado Federal por vários mandatos, Prefeito de Porto Nacional, Deputado Estadual e é o nosso pré-candidato a Governador.

A partir de amanhã, na nossa convenção, homologaremos o nome dele

como nosso candidato a Governador do Estado, para que possamos debater os problemas do Estado do Tocantins, como a falta de emprego, a falta de atenção à agricultura familiar, a falta de atenção à educação no Estado. Com o novo Governo, o Tocantins, o mais novo Estado da Federação, vai ter rumo.

Aproveito esta oportunidade para fazer um convite a todos os companheiros, os filiados e as filiadas do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB e do PV, que fazem parte da nossa federação. Faço o convite também para toda a população do Estado do Tocantins. Amanhã, a partir das 14 horas, no auditório da Associação Tocantinense de Municípios, realizaremos a nossa convenção e oficializaremos as candidaturas do Partido dos Trabalhadores, do PV e do PCdoB. Acreditamos piamente que o Tocantins, a partir de 2023, terá esperança, terá governo.

Sra. Presidente, gostaria de pedir a V.Exa. que a minha fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 4/14

121.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária -03/08/2022- CD	16:20
Publ.: DCD - 04/08/2022 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com o enfrentamento da pandemia de coronavírus. Escândalos de corrupção no Governo Jair Bolsonaro. Caráter demagógico de discurso da Deputada Bia Kicis sobre o combate à criminalidade. Agravamento da concentração de renda e da desigualdade social pela política econômica do Governo Federal. Luta do PSOL pela condenação do Presidente da República por crimes cometidos no exercício do mandato.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero começar concordando com a afirmação feita pela Deputada Bia Kicis de que existe muito bandido solto no Brasil. Realmente existe, a começar pelo Presidente da República.

São quase 700 mil mortos por conta da pandemia! E o Presidente delinquente que temos, em vez de combater o vírus, combateu a ciência. O Governo tem um escândalo em cima do outro, inclusive com o orçamento secreto, que é a institucionalização do "toma lá, dá cá" e da corrupção. Temos um Presidente que, para a Polícia Federal não o

investigar e não investigar os seus filhos bandidos, interferiu na instituição. Além de tudo isso, de todos os escândalos relativos diretamente a ele e a seus filhos, este é um Governo com vários casos de corrupção, como ocorreu no MEC. E nós precisando tanto de dinheiro para a educação! Lá houve um Ministro indicado por Bolsonaro que trocava propina por liberação de obras.

E recentemente houve escândalos envolvendo essa questão do orçamento secreto, que ele usou para comprar uma base de apoio no Congresso Nacional.

Então, esse discurso demagógico da Deputada que diz ser contra os bandidos é falacioso, porque, na verdade, eles têm bandidos de estimação, a começar por este Governo de delinquentes, do ponto de vista político, do ponto de vista econômico, do ponto de vista da corrupção, do ponto de vista do futuro do País. Isso sem contar os riscos que a população segue correndo diante dessa política desastrosa, com a alta no preço da carne, com a alta no preço dos alimentos, com a alta no preço dos combustíveis.

O Brasil é o terceiro maior produtor de grãos do mundo, e uma mãe de família não consegue comprar um quilo de arroz porque está caro, aumentou 40%. O Brasil é o maior produtor de proteína animal, e as famílias estão comendo osso, porque não podem comprar carne, graças a uma política econômica voltada para os grandes. O Brasil tem cinco bilionários que têm a mesma renda que 100 milhões de brasileiros. O Brasil tem mais bilionários depois da pandemia, sobretudo a turma do sistema financeiro, os parasitas do sistema financeiro, do que tinha antes. Isso foi aprofundado por este Governo.

Então, nós precisamos, sim, debater que é preciso, primeiro, varrer o Bolsonaro nas urnas, nós não temos dúvida, mas, sobretudo, Deputada Bia Kicis, colocá-lo na cadeia, que é o lugar de bandido. Embora ele tenha feito várias ameaças, não intimidará o povo brasileiro, que mostrará nas urnas e nas ruas que não se intimida com ameaças golpistas de um tresloucado que sabe que assim que perder a eleição a Justiça o espera. Nós do PSOL lutaremos para que o xilindró, a cela de cadeia receba o Bolsonaro e vários dos seus corruptos aliados.

Documento 5/14

121.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-03/08/2022- 17:28
----------	--	-----------------------

Publ.: DCD - 04/08/2022 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Gestão desastrosa do Governo Jair Bolsonaro, especialmente na economia e no enfrentamento da pandemia de coronavírus. Compra de apoio político pelo atual governo através das chamadas emendas do orçamento secreto. Discurso golpista do Presidente da República frente às ameaças de derrota nas próximas eleições.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós avaliamos um governo pelos seus resultados. O que nós temos, povo brasileiro, nesse momento trágico da história? O Governo está concluindo seus 4 anos de mandato e, em todas as áreas, os resultados são negativos.

Na economia, a destruição é completa. Há inflação, desemprego, fome. A inflação é a quarta maior do mundo. Não se falava em inflação desde o Plano Real, em 1994, e a inflação voltou. Devolveram o Brasil para o Mapa da Fome. Esse é o caos da economia.

Na saúde pública, quase 700 mil pessoas morreram na pandemia. A grande maioria dessas vidas poderia ter sido salva por um gesto simples, uma atitude simples: a compra de vacinas. O Presidente da República se recusou, por 6 meses pelo menos, a adquirir vacinas, em razão do seu negacionismo. Agora fica provado que a vacina era a única solução para enfrentar essa pandemia.

Em relação à infraestrutura, o que dizer das BRs? Eu não sei como estão os Estados de V.Exas., mas, no Estado do Maranhão, as BRs são um buraco só - todas elas! A BR-222, a BR-316, a BR-226, a BR-135, todas elas estão esburacadas, quase intrafegáveis. Esse é o resultado de 4 anos de Governo Bolsonaro.

E o que falar da educação? O que fizeram com as universidades públicas, com os institutos federais? Para completar, ainda meteram a mão no dinheiro da educação. Trocaram por barra de ouro - barra de ouro! -, num esquema de corrupção, o dinheiro da educação. Tudo isso está escancarado, à nossa vista.

Todo esse período foi marcado por uma profunda, constante e permanente perseguição às minorias, aos povos indígenas, aos povos quilombolas, à comunidade LGBT, às mulheres.

Eu quero ser solidário à Duda, lá de Minas Gerais, e à nossa querida Deputada Sâmia Bomfim, mulheres que enfrentam a violência política orientada pelo ódio - ódio que é incentivado por quem governa, ódio que contamina os seus apoiadores, ódio que estimula a violência, inclusive a violência política, que mata. O bolsonarismo mata. Essa é

uma verdade incontestável.

Além de tudo isso, esse quadro deplorável se completa com essa engrenagem política que nunca se viu, essa engrenagem de corrupção, que é o orçamento secreto. Neste plenário, já foi falado até que o orçamento secreto é o maior sistema de compra de votos no Brasil - compra votos aqui no Parlamento e compra votos na eleição. Tudo isso é feito à nossa vista, com todo o mundo olhando o que está acontecendo. É a sustentabilidade do Governo Bolsonaro.

É por isso que este Governo, que manda comprar Viagra e prótese peniana, tudo superfaturado, está sendo reprovado pelo povo brasileiro. Está sendo reprovado. Todas as pesquisas indicam isso. A maior das pesquisas vai ocorrer no dia 2 de outubro, porque é no dia 2 de outubro que cada brasileiro e cada brasileira vai se deslocar àquela cabine e confirmar tudo aquilo que nós já sabemos: este Governo não serve para nada, este Governo não pode continuar, este Governo tem que ser interrompido.

É exatamente por isso, pela convicção que eles têm de que vão sofrer uma derrota, que o Presidente ensaia o seu velho discurso golpista, atacando o sistema eleitoral, conclamando o Sete de Setembro, que é mais um ensaio de golpe, e ameaçando não respeitar o resultado da urna. Quer fazer aqui o que fizeram no Capitólio, lá em Washington, nos Estados Unidos. Pode tirar o cavalo da chuva! O Brasil está vivendo outra época. A população tem completo discernimento e vai botar o Bolsonaro para fora, e ele não volta de jeito nenhum.

Essa é a mensagem que eu quero deixar a este Plenário.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 6/14

121.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/08/2022-19:32
Publ.: DCD 04/08/2022 -	LUIZ LIMA-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Percentual baixo de crédito concedido a pequenos negócios, segundo dados oficiais do Banco Central. Início da operação de crédito para Microempreendedor Individual - MEI, pequenos e microempreendedores, por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de

Pequeno Porte - PRONAMPE.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a pandemia evidenciou problemas históricos enfrentados pelos pequenos negócios em relação ao acesso a crédito e a financiamentos de forma geral, mas especificamente ao mercado de crédito. Dados oficiais do Banco Central apontam que a concessão de crédito para pequenos negócios nos últimos anos representava, em média, 20% de tudo que era concedido para empresas. Esse percentual é muito baixo, considerando a importância que os pequenos negócios têm na economia brasileira.

Nesse sentido, gostaria de destacar a entrada em operação na semana passada da concessão de crédito para Microempreendedor Individual - MEI, pequenos e microempreendedores, por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE.

No cenário brasileiro, as pequenas e microempresas representam 30% do Produto Interno Bruto - PIB e 50% do total de empregos formais. Essa área atualmente corresponde a mais de 90% das empresas formais e também é responsável por mais da metade da massa salarial. A economia brasileira é de pequenos negócios. Funcionando, esse setor leva a economia para frente.

Apesar da representatividade, o setor costuma ser tido pelas instituições financeiras como de "maior risco", o que, por consequência, dificulta operações de crédito. Nesse contexto, iniciativas como o PRONAMPE trazem para o âmbito urbano o desempenho de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura - PRONAF. São iniciativas cujos desenhos de mecanismo são mais "simples e eficientes", na medida em que o Tesouro Nacional aporta recursos em um fundo garantidor e isso assegura as operações de crédito.

Serão R\$ 50 bilhões para investimentos e capital de giro que poderão ser utilizados pelos empreendedores, tanto para a aquisição de máquinas e equipamentos e realização de reformas, quanto para despesas operacionais, como o pagamento de salário dos funcionários e de contas de água e de luz, aluguel ou compra de matérias-primas e

mercadorias.

A nova fase do PRONAMPE, com a inclusão dos MEIs, beneficia empreendedores como artesãos, manicures, borracheiros, doceiras, padeiros e barbeiros que agora são assistidos pelo programa. O Brasil possui 13 milhões de MEIs e 5,5 milhões de pequenas e microempresas, volume que corresponde a 98% das empresas existentes.

O primeiro passo para consultar as linhas de crédito do programa é acessar o Portal do Centro Virtual de Atendimento - Portal e-CAC , selecionar as instituições bancárias para as quais se deseja solicitar a proposta de financiamento e, depois, autorizá-las a consultar o faturamento do ano de 2021. Após esses procedimentos, já é possível procurar o banco.

Conforme a Portaria nº 6.320 , de 18 de julho de 2022, as instituições financeiras participantes poderão formalizar operações de crédito no âmbito do programa entre 25 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2024.

O prazo máximo de pagamento das operações contratadas via PRONAMPE é de 48 meses para um financiamento de até 30% do faturamento, declarado pela empresa no ano de 2021, limitado a até R\$ 150 mil, com carência de até 11 meses. Os juros são de 6% ao ano mais SELIC. As instituições financeiras participantes poderão requerer a garantia do Fundo Garantidor de Operações - FGO, regido pela Lei nº 12.087, de 2009, e administrado pelo Banco do Brasil.

Forte abraço a todos!

Documento 7/14

122.2022	Sessão Ordinária - CD	04/08/2022-10:52
Publ.: DCD - 05/08/2022 -	Fernanda Melchionna-PSOL -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo elevado número de óbitos registrados no Brasil em decorrência da Covid-19. Crise socioeconômica brasileira. Cenário de fome e insegurança alimentar reinante no País. Cobrança de taxas de juros escorchantes pelo sistema bancário. Razões do posicionamento da oradora contrário à reeleição do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos e a todas.

Este é um momento muito importante da nossa história. O povo brasileiro, nos últimos 3 anos e meio, sofreu de uma maneira sem precedentes. Sofreu com a pior pandemia que a nossa geração já viveu, é verdade, mas também com um delinquente na Presidência da República, que se aliou com o vírus, em vez de se aliar com a ciência.

Nós chegamos a quase 700 mil vidas perdidas — boa parte delas por irresponsabilidade e por uma política criminoso comandada pelo Bolsonaro.

Nós vivemos com um Presidente que tem uma agenda econômica antipovo e, permanentemente, tenta suprimir as liberdades democráticas. Um rearranjo, com o orçamento secreto e o "toma lá, dá cá", permitiu uma estabilidade política vergonhosa. A história lembrará aqueles que silenciaram e deram a um criminoso condições de seguir governando.

Nós estamos numa das piores crises da nossa história, uma crise do capitalismo, aprofundada pela agenda do Paulo Guedes e do Bolsonaro. Hoje, 33 milhões de brasileiros não sabem o que vão comer ao meio-dia e à noite, nem amanhã; e 120 milhões de brasileiros estão em insegurança alimentar, sem o mínimo de nutrientes básicos para uma dieta saudável. Enquanto isso, cinco bilionários têm a mesma renda que metade do povo brasileiro. O Brasil tem mais bilionários hoje do que tinha antes da pandemia. Nós vivemos uma verdadeira farra dos bancos, com juros que podem chegar a 250% e estão massacrando o povo brasileiro. O desemprego, o arrocho salarial e a carestia assolam os lares do nosso povo.

É verdade que nós estamos caminhando para um processo eleitoral — espero que seja decisivo para tirar o Bolsonaro nas urnas, e nós estaremos empenhados na luta política para que isso ocorra no primeiro turno —, mas também é verdade que a nossa voz precisa ser ouvida: a voz das mulheres do Ele Não, que teve latência e não permitiu que o Bolsonaro ganhasse no primeiro turno; a nossa voz dos estudantes do *tsunami* da educação, em 2019, que conseguiu recuperar os recursos cortados da educação, garantindo que o Bolsonaro não avançasse sobre as liberdades democráticas; a nossa voz das manifestações do "Fora, Bolsonaro!", que reuniram milhões de pessoas Brasil afora.

Embora a Câmara tenha uma barreira nos ouvidos, em razão desse rearranjo da base alugada, da velha política do fisiologismo, da corrupção, do "toma lá, dá cá", o povo tem demonstrado que não aceitará mais este Governo criminoso.

Nós estaremos empenhados na derrota do Bolsonaro nas urnas e também nas ruas. O dia 11 de agosto será um dia de luta dos estudantes, e nós lá estaremos para defender as liberdades democráticas e para seguir a luta pelo "Fora,

Bolsonaro!".

Documento 8/14

130.2022

Sessão Ordinária - 30/08/2022-18:48
CD

Publ.: DCD - 31/08/2022

Erika Kokay-PT -DF

-

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO
VOTAÇÃO
DISCURSO

DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do parágrafo único do art. 5º do projeto de lei de conversão apresentado à Medida Provisória nº 1.116, de 2022, acerca da instituição do Programa Emprega+Mulheres; alteração da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943; e das Leis nºs 11.770, de 2008; 13.999, de 2020; e 12.513, de 2011.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, a ciência é açotada pelo Governo, por alguns que ainda acham que a Terra é plana e que insistem em empurrar os seus conceitos falaciosos contra a ciência para o conjunto da população. Vejam que o Presidente da República até hoje insiste na cloroquina. E, para se isentar da sua responsabilidade com relação às mortes neste País — e não pode isentar-se, porque a história o condenará como genocida —, ele tenta dizer que foi a ausência de cloroquina que provocou tantas mortes. Aliás, o Presidente tem mania de terceirizar as responsabilidades para os seus hostes, com seus sentimentos golpistas e, ao mesmo tempo, eleger inimigos imaginários.

Vejam, nem este Presidente da República que nega a ciência pode negar os benefícios da amamentação, que é recomendada pela Organização Mundial de Saúde como único alimento do bebê ou da bebê até 6 meses de idade e a sua manutenção até os 2 anos da criança.

Por que nós vamos concordar com que se retirem as salas de amamentação das empresas, para que as mulheres possam ter condições mais adequadas de amamentar e para que seja estimulada a amamentação, o aleitamento materno? O aleitamento, além de alimentar a fome de nutrientes, também sacia a fome de afeto.

Portanto, este destaque diz respeito à manutenção em quaisquer condições das salas de amamentação nas empresas, para facilitar o aleitamento materno. Ainda que tenhamos o auxílio-creche, que, além de poder pagar instituições de

creche, pode pagar serviços, não podemos ter nenhuma atitude nesta Casa que impeça ou que não estimule o aleitamento materno.

Por isso, nós defendemos este destaque do PCdoB para que as empresas continuem tendo a obrigação de manter salas de amamentação de forma a que possamos estimular o aleitamento materno.

Ao mesmo tempo, reconhecemos a questão do assédio sexual, esse que atingiu a Caixa em cheio, o qual será combatido.

Mesmo com todos os avanços que tivemos nesta medida provisória, ainda há que se impedir a flexibilização de jornada com flexibilização de salário e a inexistência da obrigatoriedade das salas de amamentação.

Documento 9/14

130.2022	Sessão Ordinária - CD	30/08/2022-15:08
Publ.: DCD - 31/08/2022	Reginaldo Lopes-PT -MG	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de esclarecimento à Nação, pelo Presidente da República, da origem do montante de recursos utilizados na compra de imóveis. Imediata autorização, pela Procuradoria-Geral da República, da investigação de denúncias de corrupção envolvendo o Presidente da República.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidenta Carmen Zanotto, Deputadas e Deputados, o Brasil hoje acordou com uma matéria escandalosa que envolve o Presidente da República e sua família. Investigações comprovam que ele, seus filhos, seus familiares, ex-mulheres, adquiriram, Deputado Vicentinho, 51 imóveis — 51 imóveis! A ampla maioria desses imóveis foram comprados com dinheiro em espécie: 3,5 milhões de reais, corrigidos pela inflação, algo em torno de 25 milhões de reais.

O Presidente da República tem a obrigação, o dever de explicar à Nação brasileira qual a origem desses recursos. Todo mundo sabe a história do Queiroz, seu fiel amigo, candidato a Deputado Estadual, os escândalos que envolvem todos os seus filhos, todas as suas ex-mulheres e os seus assessores, na chamada rachadinha, apropriação indébita de salário dos seus assessores. O Presidente da República precisa se explicar! O Procurador-Geral da República tem que autorizar a imediata investigação, porque o Brasil não pode continuar

sendo governado por um corrupto.

São muitas denúncias. Até hoje ele não explicou à Nação brasileira os cheques depositados na conta da Primeira-Dama, Michele Bolsonaro. Até hoje também ele não explicou o trabalho da Wal do Açaí. São inúmeros escândalos.

Ele assassinou o processo educacional brasileiro, o projeto de educação. Ele destruiu as políticas públicas no MEC por causa de corrupção no Ministério da Educação cujo Ministro afirmou que foi a mando do Presidente da República que ele atendeu os pastores. Os pastores cobravam barras de ouro, para liberar recursos para alimento escolar, para alimentação escolar, para a construção de creches, para a construção de escolas.

Houve escândalo na compra dos ônibus escolares, escândalo na compra das vacinas. Era um Presidente que não era só negacionista, o problema era negociação financeira. A questão de antecipar ou não a compra das vacinas era uma questão de propina que o grupo do Presidente da República estava esperando.

Portanto, é um Presidente extremamente corrupto! Deve ser o Presidente mais corrupto da história do País. Tenta se esconder atrás um decreto de sigilo de 100 anos nos documentos, mas o povo brasileiro e a democracia brasileira, ao elegerem um novo Presidente da República, no dia 2 de outubro, vão colocar transparência e revogar todos esses decretos. A sociedade brasileira precisa conhecer a verdade.

Estamos no meio de um processo eleitoral, trinta e poucos dias. É inaceitável que o Presidente da República não venha a público explicar esses escândalos. Não há como esconder, são 51 imóveis comprados com dinheiro em espécie! Não sabemos a origem desses recursos, mas provavelmente são de rachadinha e de corrupção!

Documento 10/14

130.2022	Sessão Ordinária - CD	30/08/2022-15:52
Publ.: DCD - 31/08/2022 -	Vermelho-PL -PR	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Atuação do orador a favor da reforma previdenciária. Enfrentamento, pelo Governo Jair Bolsonaro e pelo Parlamento brasileiro, da pandemia de coronavírus e suas consequências. Prejuízos causados ao agronegócio pela estiagem prolongada na Região Sul. Reconhecimento mundial do papel desenvolvido pelo agronegócio brasileiro. Apoio à agricultura familiar e ao homem do campo. Assistência do Governo Federal ao setor produtivo

nacional. Apoio do orador à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2022, sobre o reconhecimento do estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços de petróleo, combustíveis e seus derivados, e a expansão do Programa Auxílio Brasil e outros.

O SR. VERMELHO (PL - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Sanderson, nosso querido gaúcho que representa muito bem o seu Estado, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria mais uma vez de falar um pouco de um setor muito importante para o Brasil, o agronegócio.

Nós chegamos a este Parlamento em 2019, com muita energia para dar em prol do povo brasileiro e do meu querido Paraná. Chegamos aqui animados e trabalhamos muito na reforma da Previdência Social, projeto do nosso Ministro, do nosso Governo Bolsonaro. Aprovamos e possibilitamos uma economia de praticamente 1 trilhão de reais.

Passaram-se alguns meses e, enquanto nós aqui neste Parlamento trabalhávamos, deparamo-nos com uma pandemia jamais vista no mundo, pandemia essa em que não se sabia o que fazer, para que lado correr. O mundo estava perdido naquele momento. Este Parlamento permaneceu firme e forte enfrentando a pandemia, que aos poucos levava algumas vidas: dos nossos amigos, de alguns familiares — brasileiros se foram. Mas o Parlamento permaneceu firme e mandando recursos para Municípios e para Estados. Nenhum Prefeito, nenhum Governador deste País pode reclamar deste Governo, pois, durante a crise da pandemia, sempre estendeu a mão e fez com que recursos, benefícios e atenção à saúde chegassem aos rincões deste Brasil.

Passamos a aprender um pouco com a COVID-19, porque antes não sabíamos como lidar com a mesma, diferentemente de hoje, quando algumas coisas foram descobertas pela ciência, como a vacina, passamos a saber lidar com ela, continuamos a trabalhar, e veio a seca. A seca no Sul do País, jamais vista nos últimos 90 anos, prejudicou e muito o agronegócio brasileiro. O Sul do País é muito importante e significativo para a produção de grãos.

Enfrentamos também essa seca e passamos por dificuldades neste Parlamento, mas sempre votamos com o Presidente da República, Jair Bolsonaro, os projetos que vão ao encontro os interesses do povo brasileiro. Veio a guerra da Ucrânia com a Rússia. Surgiram dificuldades mais uma vez terríveis. Lá foi o nosso Presidente, inclusive criticado por muitos à época, visitar a Rússia. "*O que foi fazer na Rússia o Presidente Bolsonaro?*". Ora, senhoras e senhores, ele foi lá garantir o fosfato, ele foi lá garantir o princípio dos fertilizantes, para que o Brasil do campo e o agro pudessem continuar a produzir.

Esse agro representa muito para o Brasil, é a segurança alimentar do Brasil e do mundo, porque esse agro representa 1 de cada 5 pratos de comida consumidos no mundo. Esse agro, senhoras e senhores, nunca fechou durante a pandemia. Esse agro não desligou a chave do trator por 1 minuto. Esse agro,



juntamente com a agricultura familiar, não fechou suas propriedades, que continuaram produzindo e garantindo a sustentação deste Brasil durante o período terrível de pandemia por que passamos, agro esse reconhecido no mundo pela importância que tem a nossa produção, agro esse que há 20 anos representava 10% do Produto Interno Bruto, agro esse que hoje representa mais de 30% do Produto Interno Bruto.

Nessa esteira, Sr. Presidente, nós temos que fazer a defesa da agricultura familiar, do homem do campo. O Governo Bolsonaro sempre esteve com a mão estendida para todos do setor produtivo: apoiou empresários com o PRONAMPE, apoiou no momento certo todos os profissionais e apoiou sempre o agronegócio.

Continuamos, então, esse trabalho aqui no Parlamento, e o Presidente, o nosso Governo, sempre teve apoio, dedicação e carinho para com a nossa gente. É a esse trabalho que nós queremos dar continuidade neste momento importante que estamos atravessando.

Votamos aqui projetos importantes, como a PEC do Auxílio Emergencial, PEC esta...

(Desligamento automático do microfone.)

Presidente, permita-me estender um pouquinho o meu tempo, por gentileza. Estou desenvolvendo um raciocínio e gostaria de concluir essa matéria. Agradeço-lhe a oportunidade.

Essa PEC a que me referi nós votamos e defendemos, apesar das críticas neste plenário. Essa PEC veio a beneficiar a nossa gente do Brasil, em especial famílias que mais precisam de apoio governamental neste momento terrível. Falo do Auxílio Brasil. Famílias recebiam 80 reais, 90 reais, 120 reais. Este Parlamento aprovou o pagamento a elas de benefício no valor de 200 reais, de 400 reais. Agora passou a atender aos orçamentos do Governo, que passou a pagar 600 reais. As famílias mais vulneráveis, que precisam de apoio, passaram a receber o Auxílio-Gás.

Isso tem que ser dito nos 4 cantos deste Brasil! Um 1 milhão e 600 mil pessoas foram inseridas no programa de auxílio alimentar. Qual governo fez isso numa pandemia terrível como a que vivemos? Este é um governo que nunca deixou ninguém para trás. Quinhentos milhões de reais foram destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar para pessoas vulneráveis que ainda têm fome neste País. Foram criados o auxílio do caminhoneiro, essa categoria que tanto sustenta este Brasil transportando a nossa riqueza e o nosso alimento, e o auxílio ao taxista, que muito sofreu na pandemia. Foram muitos os benefícios aprovados por este Parlamento.

Minha gente deste Brasil, em especial do meu Paraná, que nos vê neste momento, nós vamos partir agora para o momento crucial do Brasil, que é o da

escolha dos nossos governantes: do Presidente da República, de Senadores, de Governadores, de Parlamentares federais e estaduais. Nesta análise, eu conclamo o Brasil a fazer o que estou fazendo aqui. Vamos pensar, vamos olhar para trás, vamos ver que o que queremos é um Brasil para a frente, um Brasil desenvolvido, um Brasil com agronegócio forte, um Brasil com indústria forte e um Brasil onde todos tenham a oportunidade de trabalhar, de obter riqueza e renda, de sustentar a família com dignidade. Estamos aqui para isso e para isso continuaremos.

Um forte abraço a todos.

Sr. Presidente, gostaria que esta minha fala fosse transcrita nos Anais desta Casa e divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 11/14

130.2022	Sessão Ordinária - CD	30/08/2022-16:04
Publ.: DCD - 31/08/2022 -	Marco Brasil-PP -PR	
	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.114, de 2022, e às Emendas de nºs 1 a 26, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. MARCO BRASIL (PP - PR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas, a todos os ouvintes e telespectadores das redes da República.

"II - Voto do Relator.

II.1 Da Admissibilidade.

II.1.1 Do atendimento aos Pressupostos Constitucionais de Relevância e Urgência

A medida provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência, previstos no art. 62, *caput*, da Constituição Federal.

Como se depreende da mensagem do Presidente da República e da Exposição de Motivos que a acompanha, a urgência e a relevância justificam-se com base

no argumento de que a MPV auxilia na preservação das empresas de pequeno e médio porte enquanto perdurarem as medidas sanitárias de combate à COVID-19; contribui para a preservação de empregos e para a redução da demanda de amparo por trabalhadores desempregados; e permite que as empresas contribuam com maior velocidade para a retomada econômica pós-COVID.

II.1.2 Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa.

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de disposição por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§ 1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade material, verificamos que a medida provisória em análise também não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

No que tange às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, consideramos que são inconstitucionais as Emendas nº 1, 6, 7 e 8, porque afrontam o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127 no sentido de que os Congressistas não podem inserir matérias estranhas ao conteúdo original da MPV por meio de emendas parlamentares.

Quanto à juridicidade da matéria, entendemos que a MPV 1.114/22 e as emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista são jurídicas, pois se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor, não violam qualquer princípio geral do direito, além de possuírem os atributos próprios a uma norma jurídica, quais sejam, novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade.

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na MPV e nas emendas a ela apresentadas. Os respectivos textos estão de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

II.1.3 - Da Compatibilidade e Adequação Financeira e Orçamentária.

Quanto à admissibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.114, de 2022, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, não se vislumbrou desrespeito às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

A Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, estabelece em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei

de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

A respeito da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.114, em exame, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, em cumprimento ao disposto no art. 19 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, emitiu a Nota Técnica nº 23, de 2022, na qual consignou, em síntese, que a MPV em questão 'contempla matéria de caráter essencialmente normativo, e dela não decorrem impactos imediatos sobre receitas ou despesas públicas da União'. De fato, a MP 1.114/22 veicula dispositivos que não trazem reflexos sobre os agregados da receita e da despesa públicas.

Destarte, considerando que a proposição não acarreta repercussão direta no Orçamento da União, conclui-se pela não implicação orçamentário-financeira da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública federal, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária da Medida Provisória nº 1.114, de 2022.

Quanto às emendas apresentadas, verifica-se que todas as proposições, de nºs 1 a 26, são de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta no Orçamento da União, razão pela qual concluímos por sua não implicação financeira ou orçamentária em aumento ou diminuição da receita e da despesa públicas.

(...)."

Sou melhor narrando rodeios.

(*Risos.*)

Obrigado.

Documento 12/14

130.2022	Sessão Ordinária - CD	30/08/2022-16:12
Publ.: DCD - 31/08/2022 -	Marco Brasil-PP -PR	
	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário apresentadas à Medida Provisória nº 1.114, de 2022, sobre a extensão da cobertura do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab, do Programa Minha Casa, Minha Vida, para os financiamentos habitacionais do Programa Casa Verde e Amarela.

O SR. MARCO BRASIL (PP - PR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - "A Emenda de Plenário nº 1 objetiva alterar a redação conferida por meio do art. 3º da medida provisória ao § 12 do art. 9º da Lei nº 12.087, de 2009, de maneira a estipular que não apenas os microempreendedores individuais, mas também as microempresas serão beneficiárias de tratamento especial quanto à cobrança da comissão pecuniária que tem a finalidade.

A Emenda de Plenário nº 2 pretende modificar a redação conferida por meio do art. 4º da medida provisória ao art. 3º da Lei nº 14.042, de 2020, incluindo novo § 6º, que estabeleça, como requisito, a estabilidade temporária dos empregados das empresas de médio porte. Conforme a redação proposta, as empresas de médio porte que contratem linhas de crédito no âmbito da PEAC-FGI assumirão contratualmente a obrigação de fornecer informações verídicas e de preservar o quantitativo de empregados em número igual ou superior ao verificado no último dia do ano anterior ao da contratação da linha de crédito, no período compreendido entre a data de contratação e o nonagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

É o relatório das emendas de Plenário.

II. Voto do Relator

Após análise da matéria e amplo diálogo com os Líderes partidários, concluímos pela manutenção do projeto de lei de conversão apresentado em nosso parecer.

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

- (i) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das emendas de Plenário apresentadas;
- (ii) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das emendas de Plenário apresentadas; e
- (iii) quanto ao mérito, pela rejeição de todas as emendas de plenário apresentadas."

Documento 13/14

130.2022	Sessão Ordinária - CD	30/08/2022-17:16
Publ.: DCD - 31/08/2022 -	Sâmia Bomfim-PSOL -SP	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Compra de imóveis com dinheiro vivo pelo clã Bolsonaro. Ocorrência de

escândalos de corrupção no Governo Jair Bolsonaro. Razões da imposição, pelo Presidente da República, de 100 anos de sigilo sobre gastos com o cartão corporativo. Irregularidades praticadas pelo Governo Federal na aquisição de vacinas contra a Covid-19. Utilização de recursos do orçamento secreto para a compra de voto de Deputados. Apoio à eleição do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - O Bolsonaro gosta de andar por aí de chinelo, de bermuda; gosta de tirar foto comendo pão com leite condensado; gosta de criar a imagem de alguém muito simples, muito popular, mas hoje nós sabemos — não significa que isso nos surpreende — que metade do patrimônio da família Bolsonaro foi comprada com dinheiro vivo.

Não sei se alguém aqui já comprou um patrimônio dessa forma. Pergunto a quem está assistindo à sessão através da *TV Câmara*: quem já comprou um imóvel com dinheiro vivo? E quem já comprou 51 imóveis com dinheiro vivo?

Cerca de 25 milhões de reais em dinheiro vivo foram utilizados, nos últimos anos, para a compra de imóveis, Deputado André. Quantas pessoas no Brasil fazem isso? Esse dinheiro foi declarado devidamente no Imposto de Renda? Dinheiro vivo, geralmente, é utilizado tentar fugir do "leão", para não ser pego na malha fina. Será que esse dinheiro foi declarado? É uma vergonha!

Sabem o que é pior? No debate que aconteceu na *Band* esses dias, a primeira pergunta que ele fez para o candidato Lula foi sobre corrupção. Justo quem! Além desse escândalo grotesco e absurdo da utilização de dinheiro vivo para comprar mansão para os filhos dele, houve também — quem não se lembra? — o escândalo de corrupção no MEC, com a compra de ônibus superfaturado, com a construção de escola que nunca chegou ao fim em lugar onde já havia escola em construção; houve o escândalo do pastor que recebeu propina a mando dele; houve o caso da honestíssima Sra. Michelle Bolsonaro, que agora inclusive entrou em cena para tentar disputar o voto das mulheres brasileiras. Eles acham que as mulheres brasileiras são como a Michelle Bolsonaro? É sério mesmo? São mulheres trabalhadoras, que estão sofrendo com a crise econômica, que são a maioria dos que passam fome, que estão desempregadas, que estão na informalidade. São mulheres sérias, trabalhadoras, honestas. Vocês acham que elas vão ser convencidas a votar num sujeito como Bolsonaro por uma pessoa que recebeu 89 mil reais do Sr. Queiroz, que era o operador dos esquemas de rachadinha da família Bolsonaro?

Por que não citar os esquemas de rachadinha, que são uma das linhas de investigação sobre a ladroagem, sobre a sujeirada em que a família Bolsonaro é envolvida?

Por que será que ele impôs um sigilo de 100 anos sobre os gastos do seu cartão corporativo? O cartão corporativo é para gasto pessoal. Não se trata de

atividade parlamentar, não se trata de atividade do Presidente, porque essa estrutura está ali no Palácio do Planalto. Ele impôs 100 anos de sigilo. Ninguém sabe quanto ele gasta nem com o que ele gasta. Por que será que ele faz isso? Será que ele acha que o povo brasileiro é besta? O povo brasileiro não está conseguindo sobreviver, não está conseguindo comprar no mercado. O litro de leite está custando 10 reais. E ele impõe 100 anos de sigilo sobre os próprios gastos pessoais.

Não posso deixar de mencionar, é claro, a propina na compra de vacinas. Quando o povo brasileiro mais estava desesperado, quando pessoas estavam morrendo nas filas dos hospitais, ele queria comprar uma vacina que não havia sido ainda autorizada pela ANVISA. Houve, ainda, propina sobre vacina superfaturada.

Por que não falar também do esquema do orçamento secreto? O Congresso Nacional se mantém em silêncio, não aprova o *impeachment*, assina embaixo de tudo que ele faz contra o povo brasileiro, porque 16 bilhões de reais estão sendo muito bem distribuídos para Deputados que provavelmente vão se reeleger, infelizmente, com dinheiro público.

É fundamental que o povo brasileiro dê uma resposta a esses escândalos de corrupção. É necessária uma resposta à situação muito dramática que o nosso povo vive.

Sem dúvida, outubro está chegando para mudar a situação do País. Nós vamos eleger o Lula Presidente, para derrotar o Bolsonaro e dar um fim a esse pesadelo.

Obrigada.

Documento 14/14

132.2022	Sessão Ordinária - CD	31/08/2022-13:28
Publ.: DCD - 01/09/2022 -	Paulo Teixeira-PT -SP	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Questionamento sobre a origem dos recursos e as razões da compra de imóveis com dinheiro em espécie pelo clã Bolsonaro. Envolvimento da família do Presidente da República com as chamadas rachadinhas e com milicianos no Rio de Janeiro. Ofensas do Presidente Jair Bolsonaro à dignidade das mulheres. Elevação dos preços do gás de cozinha e de gêneros alimentícios no País. Caráter eleicoeiro do aumento concedido ao auxílio emergencial. Situação de abandono do povo brasileiro. Vinculação entre milhares de mortes ocorridas no País pela Covid-19 e à recusa do Presidente da República à aquisição de

vacinas.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcel van Hattem, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro, ontem saiu uma notícia importante de que a família do Presidente Jair Bolsonaro, isto é, o Presidente Jair Bolsonaro e seus filhos Flávio, Eduardo e Carlos compraram 107 imóveis. E todos eles foram comprados com dinheiro em espécie.

Qual é a pergunta que o Brasil deve fazer? Em primeiro lugar, qual é a razão de comprar com dinheiro em espécie, por que não passou por transações bancárias? Em segundo lugar, qual é a origem do dinheiro, já que esta mesma família é acusada de ter fortes vínculos com o crime organizado, fortes vínculos com a milícia? Esses Parlamentares contrataram a família do chefe do "escritório do crime", o Adriano, no Rio de Janeiro. Eles homenagearam o Adriano, que estava preso. Então, eles têm forte relação com a milícia no Rio de Janeiro. E também são acusados da prática de "rachadinha", isto é, coletar recursos dos assessores e se apropriar dos recursos dos assessores para fins pessoais.

Portanto, a sociedade brasileira tem o direito da dúvida, já que essa família é acusada da prática de "rachadinha" e é igualmente acusada da relação com milícias, que são grupos criminosos que exploram serviços nas comunidades populares do Rio de Janeiro.

Por esta razão, todo o País pergunta ao Presidente Jair Bolsonaro: qual é a origem dos recursos para a compra de 107 imóveis? Não é o salário de Parlamentar, não é. Eu sou Parlamentar, tenho um imóvel financiado por 30 anos. Não é o salário de Parlamentar. Qual é a origem desses recursos que os fizeram milionários? Esses 107 imóveis devem equivaler a pelo menos 200 milhões de reais. Uma família não amealharia isso tendo o cargo de sargento do Exército e, tampouco, de Parlamentares.

Esse dinheiro precisa ser explicado, porque os vínculos indicam fontes ilícitas para a compra desses imóveis. Esse é um Presidente que passou a vida praticando crimes. E amealham um patrimônio desta proporção, desta grandeza.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dos Parlamentares desse Presidente disse que ele apoia as mulheres, que não é verdade que ele é contra as mulheres. Quando diz que não é verdade, há algo de ruim na sua própria afirmação. Esse Presidente foi aquele que teve um filho homem, depois teve um segundo filho homem, depois um terceiro filho homem, e, segundo palavras dele, teria fraquejado e tido uma filha mulher.

Para quem tem filhas mulheres, isso é um ataque sem tamanho à dignidade das mulheres! Todos sabem da importância das mulheres na sociedade brasileira,

da grande liderança que as mulheres exercem. Para ele, elas são seres frutos de uma fraquejada. Mas ele também disse que teria utilizado o auxílio de moradia para os Parlamentares em Brasília, segundo ele, para comer gente.

No último domingo, para a jornalista Vera Magalhães, que disse que ele não teria vacinado o povo brasileiro ou que ele teria sido contra a vacina, ele disse: *"Vera, não podia esperar outra coisa de você. Acho que você dorme pensando em mim. Deve ter alguma paixão por mim. Você não pode tomar partido em um debate. Uma vergonha para o jornalismo brasileiro!"*.

Olhem como ele trata uma mulher jornalista! Olhem como ele trata uma mulher jornalista! É um machista! É um misógino!

Quem vai tirá-lo da Presidência da República serão as mulheres brasileiras. Além de serem tratadas de maneira inadequada, violenta, com violência política, como ele praticou contra outra jornalista da *Folha de S.Paulo*, as mulheres brasileiras sabem que não dá para administrar os seus lares com o menor salário mínimo desde o Plano Real, que não dá para administrar os seus lares sem que se possa dar proteína para os seus filhos — a carne está afastada do consumo diário do povo brasileiro —, que não dá para sustentar os seus lares sem poder comprar leite para os seus filhos. O preço do leite é inacessível: está 8 reais o preço do litro de leite! Como se vai dar leite para as crianças e para os idosos? Não dá para sustentar a casa com o arroz caro, com o feijão caro, com o óleo caro, com o botijão de gás caro.

E o que ele fez agora não é mérito dele, que propôs um auxílio emergencial de 200 reais. Nós estávamos fortes aqui numa aliança com o Deputado Rodrigo Maia. A Oposição elevou o auxílio emergencial de 200 reais para 600 reais. Nós propusemos 1.200 reais. E algumas famílias de mães solo receberam 1.200 reais. Não é mérito dele! Ele mandou 200 reais, deixou por 4 meses as famílias brasileiras sem auxílio emergencial: dezembro de 2020, janeiro de 2021, fevereiro de 2021 e março de 2021, sem auxílio emergencial.

Na véspera da campanha, ele aumenta, sendo que na LDO propõe que ano que vem baixe para 400 reais. Esse é um pacote eleitoral!

Parece aquele namorado, Deputada Carmen, que trata mal a namorada o ano inteiro, e, no dia dos namorados, traz um bombom amassado.

Esse auxílio emergencial está sendo chamado de Auxílio 613, na Bahia: pegue os 600 reais e vote no 13. É isso, porque nós vamos trabalhar para que o povo tenha emprego, para que haja controle da inflação, oportunidade, distribuição de renda e políticas públicas. Esse Presidente abandonou o povo brasileiro e permitiu a morte de 680 mil pessoas por descuido, por ser contra a vacina neste País.

Vamos votar no Lula para Presidente!

